

# política

## OAB gaúcha pede fim do inquérito das Fake News

Ato público reuniu apoiadores para sustar processo no Supremo

/ STF

Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

A Ordem dos Advogados do Brasil seccional Rio Grande do Sul (OAB-RS) reforçou nesta quinta-feira, em ato público, o pedido para que o Supremo Tribunal Federal (STF) extinga o Inquérito 4781, mais conhecido como “inquérito das Fake News”, e aberto em 2019 pelo ministro Alexandre de Moraes. Na avaliação do presidente da OAB-RS, Leonardo Lamachia, o fim desta investigação é “o primeiro passo que o Supremo pode dar no sentido do resgate da sua credibilidade”.

O chamado “inquérito das Fake News”, ou “inquérito do Fim do Mundo”, apura a divulgação de notícias fraudulentas, denúncias caluniosas, ameaças e ataques difamatórios e injuriosos contra o STF e seus integrantes. Ele vem sendo alvo de críticas de entidades, como a OAB-RS, por supostamente perseguir e censurar críticos de ministros da corte.

No ato, Lamachia sustentou a posição da Ordem gaúcha de pedir a extinção do inquérito: “Ele já passou de sete anos em tramitação, ele não tem um objeto claro definido, não há transparência e ele foi aberto de ofício. Portanto, existem aí violações ao devido processo legal e às prerrogativas da



Presidente da entidade, Leonardo Lamachia liderou a mobilização

advocacia. No nosso entendimento, o Supremo só poderá resgatar a sua credibilidade se retomar a institucionalidade, e o primeiro passo para que isso aconteça é o fim do inquérito”.

Em 4 fevereiro deste ano, a OAB-RS realizou ato similar pedindo o fim desta mesma investigação. Na opinião do presidente, porém, desde que ocorreu esta iniciativa “as coisas pioraram”, e, por esta razão, a Ordem gaúcha reforçou o ato público.

Após, em 23 de fevereiro, o Conselho Federal da OAB encaminhou um ofício ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, manifestando preocupação e solicitando o encerramento do inquérito.

Lamachia avalia que é neces-

sária nova ação da OAB Nacional, e afirma que a seccional gaúcha vem estudando medidas que não seja um ofício, como feito anteriormente. “Enviamos o ofício e não tivemos retorno. Então nós já temos algumas ideias que estão sendo estudadas e que nós levaremos esta ideia à OAB Nacional. Estamos estudando a ideia de um habeas corpus no próprio Supremo para trancar o inquérito, estamos estudando uma petição no âmbito do inquérito, que é diferente do ofício como já foi feito, e também estamos estudando outras medidas que podem ser anunciadas em breve”, disse.

Conforme Lamachia, este tema poderá ser tratado com as outras OABs regionais e a nacional em 19 de junho, quando está marcado ato conjunto das entidades.

## Maioria torna réus acusados de obstruir caso Marielle

/ JUSTIÇA

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria na manhã desta quinta-feira para tornar réus três integrantes da Polícia Civil do Rio de Janeiro investigados por obstrução de Justiça e associação criminosa no caso do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, ocorrido em março de 2018.

Entre os acusados está Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil fluminense que já foi condenado, em fevereiro, a 18 anos de prisão por sua participação para atraparlar a apuração do crime. Os outros dois investigados, que agora devem se tornar réus, são o delegado Ginton Lages e o comissário de polícia Marco Anto-

nio de Barros Pinto, conhecido como Marquinho HP.

Segundo denúncia da Procuradoria-Geral da República, os acusados cometeram atos para desparecer com provas, incriminaram pessoas inocentes, usaram testemunhas falsas e realizaram diligências desnecessárias para “garantir a impunidade” dos mandantes e executores do assassinato.

Em fevereiro, os irmãos Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, e Chiquinho Brazão, ex-deputado federal, foram sentenciados a 76 anos e três meses como mentores do crime, cuja motivação foram disputas em torno da grilagem de terras na Zona Oeste do Rio de Janeiro, conforme os autos do processo.

Os irmãos Brazão foram condenados pelos crimes de organização criminosa, duplo homicídio e tentativa de homicídio contra Fernanda Chaves, assessora de Marielle, que sobreviveu ao atentado.

Antes do julgamento, a defesa de Rivaldo defendeu a rejeição da denúncia por falta de provas e disse que o ex-chefe da Polícia Civil do Rio foi acusado com base em inferências.

Os advogados de Ginton afirmaram que ele não tem foro privilegiado e não pode ser julgado pelo Supremo. A defesa de Marco Antonio de Barros afirmou que nenhum elemento de prova foi produzido e que o trabalho da polícia resultou na prisão de Ronnie Lessa, delator e executor do crime.

## Reajuste de 5,35% do piso salarial regional já está em vigor no RS

/ GOVERNO DO ESTADO

O governador Eduardo Leite sancionou o reajuste de 5,35% no piso salarial regional. A sanção está publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quinta-feira. O projeto de lei enviado pelo Executivo foi aprovado pela Assembleia Legislativa na terça-feira.

Com o novo índice, a primeira das cinco faixas passará para R\$ 1.884,75, superando São Paulo (R\$ 1.874) e Santa Catarina (R\$ 1.842), por exemplo. O salário-mínimo nacional está em R\$ 1.621. Para a definição do percentual, foram realizadas reuniões com federações empresariais e centrais sindicais na Casa Civil, ao longo do mês de abril. A proposta finalizada prezou pelo equilíbrio e pela responsabilidade com o crescimento sustentável do Rio Grande do Sul.

A metodologia adotada no reajuste do piso regional do RS se assemelha à regra do salário mínimo nacional: atualizado pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos 12 meses anteriores somada ao percentual do último Produto Interno Bruto (PIB) estadual consolidado, no caso, 2023.

Com isso, além da manutenção do poder de compra, susten-

ta o governo, o salário terá valorização por um critério associado ao aumento da produtividade da economia. O texto estabelece que os novos valores têm como data-base 1º de maio e passam a valer com a publicação da lei.

O mínimo regional incide sobre o salário de categorias de trabalhadores que não têm convenções ou acordos coletivos vigentes ou que trabalham na informalidade. O percentual proposto preserva a competitividade do Rio Grande do Sul em relação aos demais estados com características socioeconômicas semelhantes, avalia o Executivo gaúcho.

Dessa forma, busca-se o equilíbrio entre a valorização da mão de obra regional e a prevenção de distorções no mercado de trabalho, incentivando a manutenção de níveis de emprego formal das categorias abrangidas pelo mecanismo no âmbito estadual.

### Como ficam os valores por categoria

- ▶ Faixa 1: R\$ 1.884,75
- ▶ Faixa 2: R\$ 1.928,15
- ▶ Faixa 3: R\$ 1.971,89
- ▶ Faixa 4: R\$ 2.049,76
- ▶ Faixa 5: R\$ 2.388,50

## Democracia Cristã iniciará processo interno para expulsar Aldo Rebelo

/ ELEIÇÕES 2026

A direção nacional do partido Democracia Cristã (DC) autorizou a abertura imediata de procedimento disciplinar pela expulsão sumária do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, que era o pré-candidato da legenda à Presidência da República.

O partido adotou posição de repúdio aos “ataques” de Rebelo à direção da legenda e afirma que houve “diversas tentativas de resolução harmoniosa”. A sigla aponta ainda a intransigência de Aldo Rebelo e disse ter observado afronta aos valores e princípios.

A direção nacional do partido deve se reunir nesta sexta-feira, em São Paulo, para dar o primeiro passo para o procedimento. A medida deve resultar na comunicação da desfiliação de Rebelo à Justiça Eleitoral.

Mesmo após o presidente do



Rebelo criticou intenção da sigla de substituí-lo por ex-ministro

partido, João Caldas, ter anunciado que a sigla pretende lançar o ex-ministro do STF Joaquim Barbosa à presidência, Aldo Rebelo disse que mantinha sua pré-candidatura e afirmou que o nome de Barbosa seria “clandestino”.